

GÊNERO NA ESCOLA: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES NOS PERIÓDICOS NACIONAIS

Jéssica Gomes das Mercês Costa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Edinaldo Medeiros Carmo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo: Gênero é uma construção social que varia nas mais diferentes culturas e influencia na vivência de todos, dentro e fora do ambiente escolar. Este artigo tem como objetivo analisar as publicações em periódicos nacionais no que tange as questões de gênero na escola. Para a realização deste trabalho foram selecionados periódicos da área de Educação avaliados pelo Qualis – CAPES entre A1, A2 e B1 que abordassem a temática gênero no Ensino Fundamental II. Foi realizada uma análise e diálogo entre as produções encontradas, assim, pode-se observar que os agentes escolares reproduzem preconceitos e desigualdades dentro do ambiente escolar; que as questões de gênero são raramente discutidas e o enfoque está nas questões anatomofisiológicas da sexualidade, muitas vezes esta atitude é motivada pela formação docente ineficiente; outro problema elencado nos artigos é existência de diversos tipos de violências, por causa questões de gênero, dentro da escola e as dificuldades encontradas no diálogo com a família e comunidade agravam esta condição; além do mais, a família, muitas vezes de forma irrefletida, reproduz as divergências de gênero, principalmente nas expectativas acadêmicas e profissionais dos meninos e das meninas. Concluiu-se que a comunidade acadêmica tem pesquisado com variadas perspectivas esta temática, elencando as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar no que se refere aos debates de gênero.

Palavras-chave: Escola. Gênero.

Introdução

Gênero é uma construção social que varia nas mais diferentes culturas, este conceito está intimamente relacionado com o modo como as pessoas se expressam e percebem a si mesmas (JESUS, 2012). Segundo relatório da Unesco (2003), este termo representa os papéis e responsabilidades sociais para homens e mulheres, construídos pelas diferentes comunidades sociais e que são aprendidos ao longo da vida, podendo ser desconstruídos e reconstruídos a depender das mudanças que ocorrem na sociedade. Entretanto, muitas vezes essas construções sociais são confundidas com deveres que estão intimamente relacionados com a definição dos sexos, seja ele feminino ou masculino.

Historicamente filósofos, religiosos entre outros, nas mais variadas épocas, culturas e sociedades, enfatizaram divergências entre homens e mulheres na capacidade para exercer funções sociais, sempre inferiorizando e invisibilizando o sexo feminino (CORFIELD, 1997).

Esta construção social foi considerada legítima por muitos anos, até que na segunda fase do feminismo europeu e estadunidense a atenção do movimento voltou-se para a análise das diferenças, com isso, o foco de estudo não poderia mais estar associado somente sobre as mulheres iniciou-se, então, os estudos sobre as relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006). Os estudos dessa temática no Brasil também foram incentivados pelo movimento feminista crescente na década de 70 (AMORIM, 2011; CASTRO, 2001; CORRÊA, 2001), o qual iniciou discussões sobre as desigualdades geradas por causa dos papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres na sociedade brasileira (SILVA; LUCENA, 2011; SILVA, 2000).

As diferenças de gênero, ao serem apresentadas desde a infância, tendem a ser interpretadas como elementos naturais e biologicamente corretos, como se homens e mulheres possuíssem papéis sociais distintos devido às suas características anatômicas. Os estereótipos de gênero femininos são construídos quando desde o nascimento e ao longo do seu desenvolvimento, meninas são submetidas a brinquedos e brincadeiras que as fazem pensar que o seu lugar está junto ao cuidado, a passividade, terna e subjetiva (RISSI *et al.*, 2018). Enquanto os meninos tendem a ser incentivados a se envolverem em áreas que a sociedade enxerga como racionais (ROSENTHAL; REZENDE, 2017).

Os estereótipos muitas vezes são utilizados para manutenção da hierarquização sociopolítica, na qual um sexo/gênero deve dominar sobre o outro, baseando-se nas supostas características superiores e naturais a ele (GERSHUNY, 1977). Nesse sentido, a atribuição de características para cada sexo cria uma ilusão de que existem traços biologicamente determinados ao invés de sugerir o surgimento destes através da construção sociocultural (GERSHUNY, 1977).

No quesito educacional, apesar da legislação educacional brasileira promover a luta contra a homofobia, a escola em sua prática cotidiana não faz o que é proposto, por exemplo, pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), percebe-se que a escola está completamente despreparada para lidar com as questões de gênero e sexualidade, assim os casos de homofobia estão cada vez mais presentes no ambiente escolar (SOARES, 2012), consolidados não somente por intermédio dos alunos, mas por todos os atores escolares.

A manutenção do sexismo, fenômeno social, em nossa sociedade atual está parcialmente ligado à reprodução de padrões linguísticos (TENORIO, 2000), sejam em sua forma escrita ou falada. Os estudos sociais realizados na perspectiva de gênero expõem os problemas enfrentados por mulheres e homens para desfazer os padrões sociais e culturais que configuram sua identidade tanto política quanto social (PRÁ, 2013), é válido ressaltar, que os

valores patriarcais reproduzidos na sociedade não afetam negativamente somente as mulheres, mas os homens, ainda que em consequências menores, são constantemente afetados de forma negativa pela imposição destes valores.

A desconstrução dos preconceitos de sexo/gênero são necessários, diante disso, Souza (2017) afirma que as parcerias entre as instituições educacionais e os movimentos sociais são importantes para se construir métodos para promover a quebra destes preconceitos, o que é confirmado por Vianna e Unbehaum (2016), que asseguram que as parcerias entre Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação, as Universidades e ONGs (Organizações Não Governamentais) trazem resultados positivos em relação à formação e discussão das questões de gênero nas escolas. Assim, torna-se necessários os estudos sobre gênero, pois através deles é possível haver a quebra de paradigmas impostos, a fim de reconstruir uma sociedade que respeite as diferenças e as igualdades (HADDAD; HADDAD, 2017).

Sabendo-se das variadas formas pelas quais os preconceitos de gênero podem ser demonstrados e sabendo-se a relevância das pesquisas científicas para a compreensão da sociedade, é pertinente que dar visibilidade as questões de gênero relacionados ao ambiente escolar publicados em periódicos nacionais, os quais apresentam resultados das investigações sobre a temática.

Metodologia

Para a realização deste trabalho foram selecionados periódicos da área de Educação. Como critério para escolha utilizou-se dos resultados do Qualis – CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) 2013-2016, sendo selecionados periódicos *on-line* com Qualis A1, A2 e B1 que abordassem a temática gênero no Ensino Fundamental II.

Posteriormente, foi realizada uma busca de artigos nestes periódicos na plataforma *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), usando como palavras-chaves “gênero” e “escola”. Inicialmente foram localizados 78 artigos distribuídos em cinco periódicos publicados entre os anos 2010 e 2019. Posteriormente, por meio da leitura dos resumos foi possível chegar àqueles que retratavam a temática no contexto escolar do Ensino Fundamental II. Depois deste refinamento na seleção foram analisadas 15 publicações, conforme tabela 1.

Periódicos	Qualis	Número de artigos encontrados	Número de artigos selecionados
Educação e Pesquisa	A1	17	4
Estudos Feministas	A1	19	6
Saúde e Sociedade	A2	20	2
Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)	B1	12	3
Total		78	15

Tabela 1: Análise quantitativa das publicações relacionadas a temática no período de 2010 à 2019.

A categoria gênero foi tomada com objeto de análise, assim, os artigos selecionados foram organizados em eixos, nos quais as questões de gênero possuíam uma interface no *cotidiano escolar, currículo, discentes, docentes e família*.

Gênero e cotidiano escolar

Neste grupo de artigos o foco está nas cenas do cotidiano escolar que envolvem as questões de gênero e sexualidade, relatos de docentes, de discentes, práticas realizadas ou interferências externas comuns no ambiente escolar.

Sob o prisma social a escola é uma instituição reprodutora passiva das normas e valores hegemônicos da sociedade, e em muitos casos ela realmente é. Os artigos relatam que no cotidiano escolar existe uma tendência à performatividade de gênero, ou seja, por intermédio da repetição de um padrão de fala, imagens, etc., constrói-se as representações de gênero, normatizando e tornando superior o que é heterossexual e masculino (BENTO, 2011; DORNELLES, DAL'IGNA, 2015; REIS, GOMES, 2011; XAVIER FILHA, 2011). Neste contexto, a ação do professor deve ser em busca de pedagogias transgressoras que possibilitem enfraquecer a heteronormatividade, o que é corroborado por Xavier Filha (2011, p. 602), ao defender que

[...] as crianças estão imersas nas representações hegemônicas de feminilidade e masculinidade. Outras possibilidades podem ser produzidas à medida que se promovam debates, diálogos e problematizações a respeito do que parece representar a única verdade.

Por intermédio das abordagens dos trabalhos analisados foi possível identificar que a família e a sociedade de um modo geral esperam que a escola seja um instrumento de

domesticação de corpos. Os trabalhos mostraram que no cotidiano escolar é muito comum que familiares ou membros da comunidade exijam que a escola corrija e/ou normatize os alunos quanto sua forma de vestir, de se comportar, realizar tarefas, até mesmo no controle de sua sexualidade (DORNELLES, DAL'IGNA, 2015; REIS, GOMES, 2011; SEFFNER, 2011). A exemplo disso, Seffner (2013, p. 154) afirma que “O papel tradicional da escola está mais voltado a coibir do que a estimular essas experimentações em termos de gênero e sexualidade”. Diante disso, ressalta-se, apesar das dificuldades, a importância de envolver os familiares e a comunidade nas discussões de gênero no ambiente escolar (SEFFNER, 2013; XAVIER FILHA, 2011).

De acordo com as publicações analisadas, outro elemento presente no cotidiano de alunos e professores é a violência escolar motivada pelas questões de gênero. Alunos que não se encaixam em padrões ditados pela heteronormatividade tendem a sofrer diversos tipos de violências no ambiente escolar, estes abusos variam em diversos níveis, verbal, psicológico, manifestação de superioridade e até mesmo agressões físicas (BENTO, 2011; DORNELLES, DAL'IGNA, 2015; SEFFNER, 2011; 2013). O trabalho de Seffner (2013) inclusive relata uma ocorrência de *bullying* feito à um professor pelo fato do mesmo ser assumidamente gay (SEFFNER, 2013), o que demonstra que a ideia de superioridade daqueles que são heterossexuais está tão enraizada, que os alunos ignoram o fato do professor ser uma autoridade e se sentem no direito de tentar inferiorizá-lo pelo fato de ser homossexual.

A violência de gênero na escola em diversos casos influencia na evasão dos alunos assediados, que não encontram na escola um suporte para tais situações. E o que é impressionante neste dado é que em diversos casos, a evasão de alunos motivada pela discriminação de gênero não é vista como uma problemática para os professores e coordenação, Bento (2011, p. 556) relata que:

O fato de o/a aluno/a interromper os estudos parece algo inevitável, natural, sugerindo, portanto, que essa discussão não diz respeito ao ambiente escolar e que a instituição nada pode fazer para proteger suas/seus alunas/os vítimas desse tipo de violência, a não ser assinar o termo de transferência.

Essa citação nos leva à indagação acerca do tipo de exemplo que estes professores estão dando aos seus alunos ao se posicionar desta forma. Reis e Gomes (2011) apontam que os profissionais pouco preparados tendem a promover a exclusão, selecionando alguns alunos em detrimento de outros. Com isso, entramos em uma das discussões finais deste bloco, que é

em relação à formação dos professores para a discussão de gênero. Os seis trabalhos deste bloco são unânimes ao apresentar as angústias dos docentes ao lidar com esta temática no cotidiano escolar, e eles são enfáticos ao apontar que a melhor forma de superar estas dificuldades é por meio da formação profissional inicial e continuada. Bento (2011, p. 558) destaca que “[...] há um saudável incômodo de educadores/as, gestores/as das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos em uma perspectiva ampla”.

Gênero e currículo

Somente um dos artigos selecionados discute a temática gênero na perspectiva curricular, neste caso, é feita uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Palma *et al.* (2015) realizaram um diagnóstico acerca do posicionamento dos PCNs em relação à temática de gênero. Estas diretrizes servem como base para a organização curricular das escolas, apresentando diversos conteúdos que são interessantes à formação pessoal/social e, por isso, relevantes nos planejamentos escolares. Os PCNs trazem mais foco para a temática de sexualidade, e gênero é minimamente abordado, por isso, foram consideradas as duas temáticas, visto que estão interligadas.

É possível verificar, segundo os resultados dos autores, que este documento trata os referidos temas com uma abordagem heteronormativa e de regulação social, ao utilizar termos e reflexões nos quais reforça os estereótipos de gênero, dando pouca visibilidade às outras sexualidades e expressões de gênero. Ademais, os PCN incentivam uma prática docente na qual a abordagem desta temática está voltada para as questões biológico-higienistas, ou seja, refere-se às questões do corpo físico, doenças e consequências, ignorando as demandas psicológicas, afetivas e de prazer (PALMA *et al.*, 2015). Diante disso, os autores encerram o texto expressando uma inquietação:

Partindo do pressuposto então que as escolas estão seguindo os parâmetros conforme indicados para cada momento escolar, a análise dos mesmos gerou preocupações e nos fez refletir para a maneira como a sexualidade estava sendo percebida nos documentos (PALMA *et al.*, 2015, p. 736).

Desse modo, no memento em que gênero é apresentado de uma forma rasa em um documento educacional fundamental, reforça ainda mais a necessidade de formação

apropriada dos professores para a abordagem deste tema que, ainda que esteja presente na vida de todas as pessoas, é cercado de tabus e preconceitos.

Gênero e discentes

Os artigos selecionados neste bloco apesar de terem os discentes como objetos de estudos nas questões de gênero, são artigos com abordagens metodológicas e objetivos centrais bem variados, sendo realizadas entrevistas, grupos focais ou questionários. Dois dos artigos tiveram como objeto de estudo adolescentes do sexo masculino e os outros dois tiveram adolescentes do sexo feminino e masculino. A faixa etária destes sujeitos foi semelhante (10 a 18 anos), devido ao fato do Ensino Fundamental II ser um dos critérios de seleção dos artigos.

Em um dos trabalhos houve consenso entre os discentes na crítica ao fato das questões de gênero serem tratadas com viés biologista, com foco em saúde-doença e com concentração nas disciplinas de ciências e biologia (ZANATTA *et al.*, 2016). A aceitação desta temática sob a ótica meramente anatômica tira a responsabilidade de outras disciplinas de tratarem destas questões em sala de aula, ainda que seja um tema transversal, ficando limitado somente ao professor de ciências. Além disso, ver o gênero e sexualidade como conteúdo anatomofisiológico elimina todas as questões humanas (sentimentos, prazer, atração, afeto, autoconhecimento) deste tema, por isso, apesar da vivência pessoal, em muitos casos os alunos estudados demonstraram conhecimentos restritos sobre gênero (VASCONCELOS *et al.*, 2016).

Foi perceptível entre os alunos a reprodução de preconceitos quanto ao lugar da mulher na sociedade, apesar de alguns discentes reconhecerem os avanços das conquistas profissionais femininas, a mulher ainda é estigmatizada com o papel da vida doméstica (VASCONCELOS *et al.*, 2016). A presença do pensamento patriarcal nas falas e atitudes dos estudantes, demonstrou que os valores hegemônicos ainda estão muito presentes e as concepções de gênero ainda persistem com grande impacto, incentivando as divergências nas experiências para os adolescentes do sexo feminino e do sexo masculino, a exemplo do incentivo à prática esportiva, na qual os alunos têm mais apoio da família e dos amigos para realizá-la, enquanto as alunas se sentem incompetentes para a prática (ALTMANN *et al.*, 2018).

Outro aspecto que pode demonstrar a influência patriarcal é a visão conservadora do sexo, principalmente no que diz respeito às dúvidas ou desejos sexuais apresentados pelas meninas (VASCONCELOS *et al.*, 2016; ZANATTA *et al.*, 2016), tanto a educação formal quanto a educação informal fundamentada nas ideias patriarcais reproduzem a violência contra a mulher (MESQUITA FILHO; EUFRÁSIO; BATISTA, 2011; VASCONCELOS *et al.*, 2016). Em alguns estudos foi fomentada a necessidade de combate à desigualdade de gênero por intermédio da educação libertadora (ALTMANN *et al.*, 2018; VASCONCELOS *et al.*, 2016), mas, para que isso ocorra, é necessário o preparo dos professores por intermédio da formação inicial ou continuada, pois muitos dos relatos apresentados pelos discentes mostram professores restringindo as perguntas dos alunos ou com vergonha de abordar tais temáticas devido a insegurança por falta de embasamento teórico (ZANATTA *et al.*, 2016).

Gênero e docentes

Neste eixo estão reunidos três estudos que avaliam os pontos de vistas de professores/as de múltiplas disciplinas do Ensino Fundamental II. Nestes trabalhos todos os os pesquisadores utilizaram de entrevistas semiestruturadas para compreenderem como docentes enxergam as questões de gênero no ambiente escolar.

Em sua maioria os docentes apresentaram grandes dificuldades em refletir e reconhecer as questões de gênero, sobre as quais estavam sendo interrogados (BARBOSA, 2016; MADUREIRA; BRANCO, 2015; SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015), isso demonstra uma discrepância dos professores para discutir tal temática. Algo recorrente nos textos selecionados foi a utilização, pelos professores, de termos incorretos ou símbolos performáticos como “opção sexual” (MADUREIRA; BRANCO, 2015), “homossexualismo”, “condição sexual” (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015). E, ainda, “meninas conversam mais e se preocupam com a beleza”, “meninos são mais focados e racionais” (BARBOSA, 2016). Nesse sentido, a desinformação presente na reprodução destas expressões promove um consentimento para que o preconceito se estabeleça no ambiente escolar.

A incompreensão sobre as desigualdades de gênero é tão absurda que mesmo as vivências próprias, que demonstram tais disparidades, não despertam o senso crítico nos docentes para refletir sobre a temática. Para a maioria deles “gênero” é algo distante da realidade (BARBOSA, 2016; MADUREIRA; BRANCO, 2015). A falta de criticidade destes professores faz com que eles reproduzam ideias essencialistas, ou seja, de que as divergências

de gênero são coisas naturais da essência masculina ou feminina (BARBOSA, 2016), e ao apresentar essa perspectiva os docentes acabarão reproduzindo em sua prática estereótipos de gênero de maneira naturalizada.

A dificuldade de discutir a temática somada a naturalização dos estereótipos, fomenta o silenciamento ou a negação das discussões de gênero nas aulas. Em alguns casos até mesmo ao presenciar situações de preconceitos em sala os docentes não se manifestam em defesa daqueles que estão sendo intimidados, banalizando as violências verbal e psicológica, e até mesmo participando das “brincadeiras” (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015). E a consequência disso é que os professores acabam tendendo a acionar mecanismos para tentar normatizar o/a transgressor/a (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Em dois dos trabalhos (BARBOSA, 2016; MADUREIRA; BRANCO, 2015) observou-se uma tendência à culpabilização da mulher nas falas dos professores. Caso a mulher fosse assediada no ambiente escolar ou se demonstrasse um baixo desempenho intelectual, professoras e professores entrevistados nos artigos afirmavam que isso se dava por conta de seu gênero. Madureira e Branco (2015, p. 583) constataam “[...] a reprodução de significados culturais arcaicos sobre a feminilidade que expressam uma visão pejorativa sobre a sexualidade das mulheres”.

Um dado estarrecedor observado nos três estudos foi o fato de muitos professores serem homofóbicos, muitas vezes apresentando uma homofobia velada, mas ainda assim presente. Esta pode ser identificada por meio de discursos como possibilidade de “cura gay”, “prevenção da homossexualidade”, associação da homossexualidade à “espíritos malignos” e necessidade de “intervenção divina” sobre as pessoas homossexuais (MADUREIRA; BRANCO, 2015). Grande parte dos professores que apresentaram discursos repletos de preconceitos de gênero eram fundamentalistas religiosos e utilizavam a crença para justificar o preconceito, mas é necessário enfatizar que nem todos os professores religiosos presentes no estudo eram preconceituosos.

Há uma concordância em todos os artigos deste bloco no que diz respeito à necessidade de formação profissional dos docentes, desde a graduação, para aquisição de conhecimentos voltados para a temática de gênero. Souza, Silva e Santos (2015) reforçam a necessidade de reformulação do currículo escolar para uma melhor abordagem de gênero. Desse modo, as melhorias na formação profissional, as alterações no currículo e melhorias no cotidiano escolar podem ser facilitadas por intermédio de parcerias entre os professores da

educação básica com a Universidade e/ou outras instituições, para aprofundar as pesquisas nesta temática e facultar o diálogo com as famílias e comunidade.

Gênero e família

Após a seleção dos artigos somente um encaixou-se na temática que envolve as questões de gênero relacionadas a família. Neste estudo, foi analisada a expectativa de futuro da família em relação aos filhos e filhas discentes do Ensino Fundamental II.

A educação informal existente no seio familiar reproduz uma série de valores divergentes para cada um dos indivíduos de sexo diferente, refletindo nas diferentes atitudes de meninos e meninas no ambiente escolar. Discentes do sexo masculino receberam, neste estudo, mais atenção dos pais dentro do ambiente escolar, devido ao fato da coordenação convocar mais estes familiares por alguns problemas causados pelos alunos (CARVALHO; LOGES; SENKEVICS, 2016). Esse fato pode ter se dado porque as meninas são criadas desde cedo com valores tidos como femininos e que os professores aprovavam, valores como organização, obediência, silêncio e submissão. Até mesmo as questões de lazer fora de casa, há um maior controle sobre os corpos femininos e liberdade sobre os corpos masculinos (CARVALHO; LOGES; SENKEVICS, 2016).

Outro exemplo da influência de valores patriarcais reproduzidos pela família, apresentados por Carvalho, Loges e Senkevics (2016), está na expectativa de que os garotos iniciem sua vida no mercado de trabalho para que possam auxiliar na renda familiar, enquanto as meninas exercem antes mesmo dos 10 anos as atividades domésticas. Este paralelo demonstra em sua sutilidade a reprodução de que os homens são os que devem providenciar os mantimentos, trabalhando fora e tendo uma vida pública, enquanto as mulheres cuidam dos mantimentos trazidos pelos homens, reservadas à vida privada.

Apesar de as meninas se programarem e terem metas para o futuro mais definidas, os familiares da maioria dos casos, além de se envolverem mais com a escolarização dos meninos, depositaram mais expectativas neles (CARVALHO; LOGES; SENKEVICS, 2016). As maiores expectativas das meninas sobre o próprio futuro, com projetos de formação profissional pode ser resultado das influências crescentes do feminismo nos discursos atuais, a ideia de empoderamento feminino e a possibilidade de emancipação financeira. Enquanto a maioria dos meninos só querem “concluir os estudos”, sem uma definição clara de como se daria esta conclusão.

Considerações finais

A comunidade científica tem pesquisado as questões de gênero que envolvem o ambiente escolar e todos os seus sujeitos de diversas maneiras. Existem estudos que analisam cenas que ocorrem neste lugar, outros analisam os sujeitos e suas ações diante das questões de gênero. Alguns elementos da temática foram mais recorrentes nos estudos, o que demonstra que as diversas perspectivas e análises acabam convergindo para alguns resultados bem semelhantes.

A violência de gênero foi um item que se mostrou presente nas mais variadas pesquisas. Desde a análise de construção de um currículo integral até a interação da escola com a sociedade, a existência ou combate à violência é pauta vigente nas discussões. Nesse sentido, a escola precisa apresentar as diferenças, não como algo exótico e adverso ao padrão normativo, é necessário que haja o entendimento de toda a comunidade escolar que as diferenças são naturais e também é preciso que se questione as relações de poder que estão entrelaçadas nas diferenças de gênero.

É preciso ter um olhar mais humano para a importância desta temática na vida dos estudantes, muito mais que um conteúdo para aprender sobre a anatomia e fisiologia do corpo, gênero e sexualidade devem estar presentes para sanar as dúvidas afetivas, de autoconhecimento e de compreensão sobre os sentimentos do outro.

Por intermédio da análise dos eixos foi possível perceber que existe um modelo de docente que executa atitudes normatizadoras dentro da sala de aula, seja por falta de conhecimentos, devido a uma lacuna na formação ou por priorizar e reproduzir crenças e ideologias hegemônicas. Diante disso, é inegável a necessidade de formação profissional para lidar com as questões de gênero e sexualidade que irão aparecer no contexto escolar, sendo notadamente interessante que os professores tenham a oportunidade de obter esta competência desde a sua formação inicial e que possam complementá-la e atualizá-la por meio da formação continuada, o que é corroborado por Vianna e Unbehaum (2016).

Referências

AMORIM, L. T. Gênero: uma construção do movimento feminista? In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2, 2011, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2011. Disponível

em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CASTRO, M. G. Gênero e poder. Leituras transculturais – quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 49-77, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a04.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CORFIELD, P. J. History & the challenge of gender history. **Rethinking History**, Vol. 1/3, p. 241-58, 1997. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233231466_History_and_the_challenge_of_gender_history/download>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a02.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

GERSHUNY, H. L. Sexism in dictionaries and texts: omissions and commissions. In: NILSEN, A. P. et al. (Org). **Sexism and Language**. National Council of Teachers of English Urbana, 1997, p. 143-159. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED136260.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

HADDAD, M. I. D.; HADDAD, R. D. Judith Butler: performatividade, constituição de gênero e teoria feminista. In: Seminário Enlaçando Sexualidades, 5, 2017, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UNEB, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID_559_17072017160232.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PRÁ, J. R. Estereótipos e ideologias de gênero entre a juventude. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/viewFile/29989/17731>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

RISSI, N. C.; CARVALHO, A. M. C.; RACHID, A. As atividades de extensão sob a ótica das relações de gênero: um estudo em uma universidade pública. **Cadernos Pagu**, n. 54, Campinas, Epub, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n54/1809-4449-cpa-18094449201800540015.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ROSENTHAL, R.; REZENDE, D. B. Mulheres cientistas: um estudo sobre os estereótipos de gênero das crianças acerca de cientistas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 13,

Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em:
<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498780727_ARQUIVO_TrabalhocompletoRenataRosenthal.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262, 2000. Disponível em:
<<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20o%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SILVA, A. L.; LUCENA, M. R. Gênero e emancipação humana: uma reflexão sócio-cultural. In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2, 2011, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2011. Disponível em:
<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/albenicio%20e%20cia.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SOARES, M. R. Performatividade de gênero em âmbito escolar ou o veadinho e a sapatona. In: Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 3, Cachoeira. **Anais eletrônicos...** Cachoeira: UFRB, 2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Performatividade-de-g%C2%90nero-em-%C2%89mbito-escolar-ou-o-veadinho-e-a-sapatona.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SOUZA, E. J. (Re)pensando sexualidades e gêneros: relatos de docentes sobre homofobia na escola. In: Seminário Enlaçando Sexualidades, 5, 2017, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UNEB, 2017. Disponível em:
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA35_ID_685_13062017195644.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2019.

TENORIO, E. H. Gender, Sex and Stereotyping in the *Collins COBUILD English Language Dictionary*. **Australian Journal of Linguistics**, v. 20, n. 2, 2000. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/233296627_Gender_Sex_and_Stereotyping_in_the_Collins_COBUILD_English_Language_Dictionary/download>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **UNESCO's Gender Mainstreaming Implementation Framework**. 2003. Acessado em: 09 de março de 2019. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/BSP/GENDER/PDF/1.%20Baseline%20Definitions%20of%20key%20gender-related%20concepts.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

VIANNA, C. UNBEHAUM, S. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 407-428, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

Referências dos artigos selecionados

ALTMAN, H. et al. Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e44074.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BARBOSA, L. A. L. Masculinidades, feminilidades e educação matemática: análise de gênero sob ótica discursiva de docentes matemáticos. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 697-712, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0697.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

CARVALHO, M. P.; LOGES, T. A.; SENKEVICS, A. S. Famílias de setores populares e escolarização: acompanhamento escolar e planos de futuro para filhos e filhas. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00081.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

DORNELLES, P. G.; DAL'IGNA, M. C. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1585-1599, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1585.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a05.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MESQUISTA FILHO, M.; EUFRÁSIO, C.; BATISTA, M. A. Estereótipos de Gênero e Sexismo Ambivalente em Adolescentes Masculinos de 12 a 16 Anos. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 554-567, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n3/03.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PALMA, Y. A. et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a16.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

REIS, A. P. P. Z.; GOMES, C. A. Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a sub-representação de meninas entre alunos superdotados. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a13.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 19,

n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a17.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a10.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Homofobia na escola: as representações de educadores/as. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 635-647, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a09.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

VASCONCELOS, A. C. S. et al. Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 186-197, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n1/1984-0470-sausoc-25-01-00186.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

XAVIER FILHA, C. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a19.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ZANATTA, L. F. et al. A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as). **Revista Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 2, p. 443-458, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n2/1517-9702-ep-42-2-0443.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Jéssica Gomes das Mercês Costa

Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação; Participa do grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente. E-mail: jessicaa.mercês@hotmail.com

Edinaldo Medeiros Carmo

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Líder do grupo de pesquisa Currículo e Formação Docente. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB. E-mail: medeirosed@uesb.edu.br